



OBSERVATÓRIO
BRASIL E O SUL

Informativo
Setorial

Número 1
Fevereiro 2015

A Cooperação Sul-Sul em Proteção Social

por Marina Bolfarine Caixeta e Bianca Suyama

O Informativo Setorial é uma publicação do OBS que tem o objetivo de mapear e analisar os diferentes temas da Cooperação Sul-Sul do Brasil. Trata-se de pesquisa em dados primários e depoimentos de órgãos governamentais envolvidos, buscando contribuir para uma maior compreensão do que caracteriza a cooperação brasileira.

A primeira edição do Informativo Setorial analisará a cooperação Sul-Sul em proteção social. O tema tem demonstrado grande avanço nos últimos governos e um amadurecimento em termos de políticas públicas multisetoriais de inclusão social. Consequentemente, tem suscitado muitas demandas por parte dos países do Sul. Os seguintes temas serão abordados: (1) contexto internacional em que se insere a proteção social; (2) visão geral da evolução da proteção social no Brasil; (3) análise das iniciativas de cooperação Sul-Sul que compõem a carteira de projetos coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC); e (4) análise dos projetos e outras iniciativas, por meio de pesquisa empírica, das instituições do governo executivo federal.

Para o levantamento e análises realizadas, partiu-se das categorias temáticas utilizadas pela ABC, dos conceitos e metodologia apresentados pelo Relatório Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (COBRADI)¹ dos dispêndios dos órgãos da administração pública federal. Como consequência, as seguintes pastas do governo federal fizeram parte do levantamento empírico: o Ministério do Desenvolvimento Social e

Combate à Fome (MDS), Ministério da Saúde (MS), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Previdência Social (MPS) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)², bem como seus respectivos órgãos da administração indireta. Ressalta-se que não se consideram apenas a cooperação técnica instrumentalizada por projetos de cooperação, mas também iniciativas e parcerias constituídas a partir de diálogos constantes em fóruns multilaterais ou em encontros bilaterais que resultam em relações efetivas de cooperação no eixo Sul-Sul.

O COBRADI, trabalho resultante da parceria da ABC com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), tem contribuído para pensar e caracterizar a atuação brasileira quanto à cooperação Sul-Sul. Sabe-se que há pouca uniformidade entre as cooperações dos países do chamado Sul global. Entretanto, rejeita-se a reprodução das propostas da cooperação Norte-Sul. Esse levantamento parte desse contexto e pretende colaborar para a caracterização da cooperação Sul-Sul em que se envolve o Brasil, nesse primeiro volume, enfocando a proteção social.

1 Ver: IPEA/ABC (2010). Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2005-2009. Brasília; IPEA/ABC (2013). Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2010. Brasília

2 As entrevistas foram realizadas no mês de fevereiro de 2014 com apoio e por intermédio das assessorias internacionais – no MDA Caio Galvão de França e Ricardo Garcia França; no MDS, André Rondon Mattana, Wellington Favaro e Vanidia Kreibich; no MPS, Carolina Fortes Pagani, Sílvia Maria de Pinho Ferreira, Andrea Velasco Rufato e Emanuel de Araújo Dantas; no MTE, Raquel Aparecida de Carvalho Oliveira. Excetua-se o MS que, por motivos desconhecidos, não concedeu entrevista.



Definição e foco

Entende-se como **proteção social** o sistema em torno do qual orbitam várias políticas sociais setoriais. É uma concepção do Estado e do governo de países na condução das políticas públicas e, por isso, é algo transversal e multisetorial. O Estado é o ator central que deve garantir bens e serviços públicos e ações ponderadas segundo às necessidades de cada grupo populacional, sendo que o fim último é a atenção à dignidade humana e a garantia de desenvolvimento que satisfaz o anseio de todos (POCHMANN, 2004³; SPOSATI, 2009⁴).

Dialogando com a literatura e com a estrutura do sistema e das políticas brasileiras, este informativo entende que proteção social compreende as seguintes dimensões: assistência social, saúde, previdência social e, mais recentemente, segurança alimentar e nutricional. Assim, ainda que a proteção social envolva muitos outros campos que estão relacionados aos serviços sociais e à equidade social - como a educação, abastecimento de água e saneamento decentes, redistribuição de terras etc - o informativo explorará as políticas levadas à cabo pelos seguintes Ministérios: MPS, MDS, MDA, MS e MTE.

A **cooperação Sul-Sul** engloba uma ampla gama de formas de cooperação entre países em desenvolvimento como: o alinhamento de posições em espaços multilaterais de negociação, a promoção do comércio Sul-Sul, a formação de coalizões políticas e redes, a construção de espaços regionais de integração, a concessão de financiamento, o desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais (científicas, tecnológicas e técnicas) e respostas à situação de crise.

A cooperação técnica Sul-Sul é entendida como o intercâmbio horizontal de conhecimentos e experiências originados nos países em desenvolvimento cooperantes, com foco no desenvolvimento de capacidades, ou seja, na identificação, mobilização e expansão de conhecimentos e competências disponíveis no país parceiro, com vistas à conquista da autonomia local para o desenho e implementação de soluções endógenas para os desafios do desenvolvimento. (ABC, 2013)⁵.

Proteção Social no Plano Internacional

A proteção social no plano internacional tem sido orientada, principalmente, pela erradicação da pobreza. O primeiro objetivo das Metas de Desenvolvimento do Milênio, ODM 1 intitulado “redução da pobreza”, definido no ano 2000, colocou em relevo a proteção social na agenda global até o presente. Este tema continua presente na discussão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o período pós-2015, nas várias das metas em discussão.⁶

Por meio da proteção social garante-se o direito humano à seguridade social e aos serviços sociais previstos nos artigos 22, 25 e 26 da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Em 2009, surgiu no âmbito da ONU a Iniciativa Piso da Proteção Social (Social

Protection Floor Initiative – SPF), por ocasião da crise financeira e econômica global. Como um direito e, também, um instrumento de políticas públicas, o SPF pretendia garantir o desenvolvimento a longo prazo através da elaboração de estratégias nacionais. A ideia é que essa iniciativa capture os indicadores de emprego, segurança alimentar, além do acesso aos serviços considerados essenciais, como saúde, educação, moradia, água e saneamento. Os programas SPF trabalham em prol da garantia do mínimo que deve ser assegurado às populações e da proteção do risco ou de situações de vulnerabilidade. A iniciativa foi aprovada pela Assembleia Geral da ONU no âmbito da Cúpula dos ODMs em setembro de 2010, e também se tornou objeto de uma resolução da Comissão de Desenvolvimento Social e, desde então, tem feito

3 Pochmann M. (2004). Proteção social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil. São Paulo em Perspectiva, 18(2): 3-16.

4 Sposati A. (2009). Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. MDS e UNESCO, Brasília.

5 Vide Manual de gestão da cooperação técnica Sul da ABC, disponível em: http://www.abc.gov.br/Content/ABC/docs/Manual_SulSul_Final-Diagramado_Corrigido_23-04-2014.pdf

Acesso em novembro de 2014.

6 Na agenda dos ODS, há propostas para a erradicação da pobreza, segurança alimentar e nutricional acompanhados da agricultura sustentável, a redução das desigualdades sociais, a promoção da saúde e de dinâmicas populacionais equilibradas, a educação, a garantia de água e saneamento para todos, dentre outras metas. Ver: “Social Protection: a development priority in the post-2015 UN development agenda – Thematic Think Piece, de maio de 2012. Disponível em: http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/Think%20Pieces/16_social_protection.pdf Acesso em dezembro de 2014.

parte das estratégias de ação do Banco Mundial, do Programa Mundial de Alimentos e da UNICEF.⁷

A compreensão internacional sobre a proteção social sofreu mudanças, que repercutiram na orientação de iniciativas da cooperação internacional. As décadas de 1980 e 1990 marcam o início do uso dessa expressão, muito conectada aos discursos sobre “redes de segurança” - vide World Development Report de 1990 onde a proteção social é um dos três pilares de ação do Banco Mundial para a diminuição da pobreza. Durante a década de 1990, essa abordagem foi criticada e substituída por abordagens baseadas em direitos, pelo marco “formas sustentáveis de vida” e em conceitos multidimensionais sobre a

pobreza e a vulnerabilidade social. Desde então, enfoques mais abrangentes têm sido propostos. Entre estes, duas concepções sobre proteção social têm se destacado: uma que assume a proteção social como solução ao risco e à vulnerabilidade (gestão de riscos sociais) e outra que lida com vulnerabilidades estruturais enfocando os direitos, condições de vida mais seguras, autonomia e emancipação da população como garantias a serem dadas pelo Estado. Uma perspectiva transformativa da proteção social tem sido defendida atualmente no bojo do conceito da justiça social. Nesta, as políticas públicas devem integrar os indivíduos de forma equitativa à sociedade, permitindo a cada indivíduo acesso aos benefícios do crescimento econômico e aos grupos marginalizados, oportunidade de reclamar seus direitos (IDS, 2008)⁸.

A Proteção Social no Brasil

A base do sistema de proteção social no Brasil é a Constituição de 1988, que estabeleceu a promoção de direitos humanos e sociais como uma responsabilidade do Estado e representou um marco na garantia dos direitos universais na segurança social. A promulgação da Constituição foi seguida por um processo de reorganização e re-definição das políticas sociais do país na década de 1990, mas, devido ao impacto das políticas de ajustamento estrutural do sistema de proteção social, ela foi focalizada e subfinanciada (JACCOURD, 2009)⁹.

Na década de 2000, um novo ciclo de assistência social começa com mudanças significativas. Assiste-se à promulgação de leis e normas, à criação de agências de coordenação, ao aumento dos recursos investidos em programas sociais e a unificação dos programas de transferência de renda. Isso racionalizou a gestão das políticas de proteção social e permitiu-lhes atingir uma cobertura nacional. Por exemplo, o Cadastro Único para Programas Sociais, foi criado em 2001 como ferramenta para identificar as famílias pobres e gerir os programas de transferência de renda federais. Revisto em 2004, os programas de transferência de renda previamente existentes foram unificados sob o Programa Bolsa Família (IPEA, 2007)¹⁰.

A luta contra a fome tornou-se uma prioridade da política pública em 2003, quando a estratégia Fome Zero foi lançada para coordenar políticas públicas, programas e ações para garantir o acesso aos alimentos, especialmente para os mais pobres. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), também instituído em 2003, juntamente com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Bolsa Família constituem o cerne da Estratégia Fome Zero. A criação MDS, em 2004, define as condições para integrar e agilizar as políticas nacionais relacionadas com o desenvolvimento social, assistência social e segurança alimentar e nutricional.

A rede de proteção social foi progressivamente ampliada para incluir segurança alimentar e nutricional em seu escopo. A reativação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), em 2002, e a II Conferência Nacional de Assistência Social, em 2004, tiveram um papel importante na afirmação da segurança alimentar e nutricional, como parte do sistema brasileiro de proteção social. Outro marco importante foi a inclusão em 2010 do direito à alimentação na Constituição Brasileira (IPEA, 2007)¹¹.

Em 2011, foi lançado o Plano Brasil Sem Extrema Pobreza com o objetivo de alcançar as famílias extremamente pobres que não

7 Os documentos da Cúpula de Revisão dos Resultados se encontram no sítio <http://www.un.org/en/mdg/summit2010/pdf/mdg%20outcome%20document.pdf>; a resolução da CDS/DESA está disponível em <http://www.un.org/News/Press/docs/2012/soc4794.doc.htm>; além disso, citam-se os documentos “World Bank, Resilience, Equity, and Opportunity, The World Bank’s Social Protection and Labour strategy 2012-2022” de 2012; o document “United Nations Children’s Fund, Social Protection Strategic framework” de 2012; e o “Update of WFPs’ Safety Nets Policy” de 2012.

8 Vide, Sabates-Wheeler e S. Devereux. (2008) Transformative Social Protection: the currency of social justice. IDS, Sussex.

9 Jaccoud L. (2009). Proteção social no Brasil: debates e desafios. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. UNESCO, Brasília.

10 IPEA (2007). Assistência social e segurança alimentar. Políticas sociais: acompanhamento e análise, Edição Especial, n. 13. IPEA, Brasília.

11 *ibid.*

tenham sido incluídas em programas sociais do governo anterior. O plano está desenvolvendo ferramentas para atingir essas famílias para que estas possam acessar os programas de transferência de renda e serviços públicos em educação, saúde, assistência social, energia elétrica, saneamento e inclusão produtiva.

O sistema de proteção social não pode ser adequadamente compreendido sem explorar o papel da participação do cidadão e

do estabelecimento de mecanismos de participação social como, por exemplo, os Conselhos municipais, Estaduais e Federal de Assistência Social. Outra característica essencial da evolução da proteção social no Brasil foi o desenvolvimento de evidência empírica. Dados e metodologias para compreender melhor os riscos e vulnerabilidades foram desenvolvidas para melhorar a capacidade de planejamento.

Seguridade e Previdência Social

A seguridade social é um conceito central da proteção social no Brasil e se constitui numa conquista da sociedade brasileira expressa na Constituição Federal de 1988. A Constituição ampliou a cobertura do sistema previdenciário e flexibilizou o acesso aos benefícios para os trabalhadores rurais, reconheceu a assistência social como política pública não contributiva que opera tanto serviços como benefícios monetários e consolidou a universalização do atendimento à saúde por meio da criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Assim, compreende-se como seguridade social como a junção das polícias sociais de seguro social, de assistência social, de saúde e seguro-desemprego. Ela está fundada em um conjunto de políticas com vocação universal, no campo do direito social, reconhecendo-a como uma responsabilidade do Estado e um direito do cidadão.

Importante ressaltar que a expressão “previdência social” se diferencia da “seguridade social” no contexto brasileiro, mas é utilizada como sinônimo em vários países parceiros do Brasil. Especialmente nos vizinhos latino-americanos, de língua espanhola, utiliza-se seguridade social como previdência social. Essa pesquisa tomou o cuidado de entendê-los conforme o contexto em que apareciam.

A Cooperação Técnica em Proteção Social

Conforme apontado no relatório COBRADI, referente ao ano de 2010, a proteção social está enquadrada na cooperação técnica

e abrange as seguintes pastas do governo federal, conforme pode ser visualizado na figura abaixo:

Figura 1: Gastos da cooperação técnica brasileira em proteção social em 2010¹²



Fonte: Brasil-IPEA (2013) “Gastos do Governo Federal com a cooperação técnica internacional por instituição”

12 Explica-se no Relatório que os gastos com a COBRADI são oriundos de fontes orçamentárias inscritas na Lei de Orçamento Anual no âmbito das despesas de custeio da administração pública, não configurando, assim, investimento ou subvenção a fundo perdido, à exceção das doações oficiais. Além disso, os financiamentos (investimentos com variadas taxas de retorno) e perdões da dívida não foram contabilizados por se entender que eles não são gastos/despesas correntes. (ABC/IPEA, 2013, p. 14)

Se considerarmos os gastos por região geográfica, temos que 68% dos gastos foram direcionados para a América Latina e Caribe; 23% para o continente africano; 4% a Ásia e Oriente Médio; 4% à Europa e 1% à América do Norte.

Os gastos contabilizados com a totalidade da modalidade cooperação técnica é da ordem de R\$ 102 milhões. Destes, os R\$ 77,6 milhões são provenientes da ABC e estão associados, em grande parte, a passagens e diárias e, eventualmente, a materiais e equipamentos, a instalações físicas, além de outros custos administrativos. Os demais gastos são desembolsados pelas instituições executoras (em 2010, foram 44 instituições da administração pública federal) e são substancialmente compostos de horas técnicas¹³ dos seus profissionais dedicados às atividades de cooperação.

A ABC é a instituição oficial do governo brasileiro para a cooperação técnica Sul-Sul. A agência integra a estrutura do Ministério das Relações Exteriores encarregada de negociar, coordenar, implementar e acompanhar os programas e projetos brasileiros de cooperação técnica. No período de 2003 até os dias atuais, contabiliza-se 215 projetos e atividades isoladas de cooperação técnica Sul-Sul¹⁴ em execução nas cinco instituições que compõem a proteção social para este estudo: MS, MPS, MTE, MDA e MDS.¹⁵

Dois pontos que merecem atenção nesse campo da cooperação Sul-Sul em proteção social são: as cooperações que envolve mais de um Ministério no Brasil e as cooperações triangulares. Apesar de pouco expressiva, a cooperação que envolvem mais de uma instituição do governo federal (em alguns casos até 3 ou 4 instituições), são próprias dessa temática; ela assume caráter multidimensional e requer abordagens mais complexas aos problemas sociais apresentados. Isso têm sido uma tendência nas políticas nacionais brasileiras, como é o caso do Cadastro Único, tema em torno do qual se coordenam muitos ministérios.¹⁶

Como exemplo, citam-se dois projetos emblemáticos: um com o Paraguai sobre a seguridade social de que participam o MDS, o MPS e o MTE, com o objetivo de desenhar políticas sociais para a proteção contra o desemprego, a ampliação da cobertura

previdenciária e a universalização de uma proteção mínima a todos os cidadãos; outro projeto com o Equador para o qual MTE, MDS e Ministério Público do Trabalho se coordenam para o combate ao trabalho infantil.

A cooperação triangular, por sua vez, é um tema pouco expressivo em número de projetos – identificam-se 14 iniciativas triangulares das 215 contabilizadas. No entanto, ela se caracteriza por projetos de maior envergadura. Na pauta, aparecem como parceiros: Organização Internacional do Trabalho (OIT), Agência para o Desenvolvimento dos EUA (USAID), Fundo de População para as Nações Unidas (UNFPA), a ONG internacional OXFAM, Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID) e a Organização Pan-Americana de Saúde/Organização Mundial de Saúde (OPAS/OMS), com destaque para a OIT envolvida em 8 projetos e para a USAID em dois projetos. No entanto, não se deve deixar de mencionar o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que é a agência da ONU que apoia toda a operacionalização da cooperação Sul-Sul, devido restrições do marco regulatório brasileiro.

Pode-se classificar a natureza dos projetos¹⁷ de cooperação técnica em:

- a.** Prospecção: visitas e missões pontuais para os países conhecerem a experiência um do outro e, em seguida, definirem as iniciativas;
- b.** Fortalecimento à implementação de políticas existentes: troca de experiência sobre determinado programa/política, como se implementa, regulamenta, coordena os atores em cena, etc;
- c.** Apoio à formulação de políticas e estratégias: programas/políticas desenvolvidos para responder a determinado problema;
- d.** Formação de técnicos: treinamentos (algo mais formal) e capacitação (visitas a campo, troca de experiências);
- e.** Sistemas de monitoramento e avaliação: instrumentos de acompanhamento de políticas existentes (indicadores); e
- f.** Sistematização: estudos e pesquisas realizados a partir da sistematização de experiências.

13 As horas técnicas estão estimadas por aproximação, ou seja, do tempo que os profissionais dessas instituições se dedicam inteiramente ou eventualmente aos projetos, de forma direta ou indireta, multiplicado pelo salário médio das instituições. Mais detalhes sobre as horas técnicas e os outros gastos podem ser encontradas no Relatório COBRADI de 2010, Anexo II, p. 52-4

14 A pesquisa realizada tratou-se de um levantamento, em Novembro de 2014, de todas as iniciativas cadastradas na base de dados da ABC (www.abc.gov.br/projetos/pesquisa). Para tanto, elegeu-se como setores de atividades: saúde, assistência social, agricultura, desenvolvimento social, trabalho e emprego.

15 Sabe-se de muitas iniciativas que não constam na plataforma da ABC ou que contém informações incompletas. Esse é o caso de projetos com o INSS, a DATAPREV, a FUNDACENTRO, além de inúmeras iniciativas triangulares que não estão registradas, como é o caso dos projetos com a OPAS/OMS que o MS possui e que, por não serem coordenados pela ABC, não se encontram contabilizados.

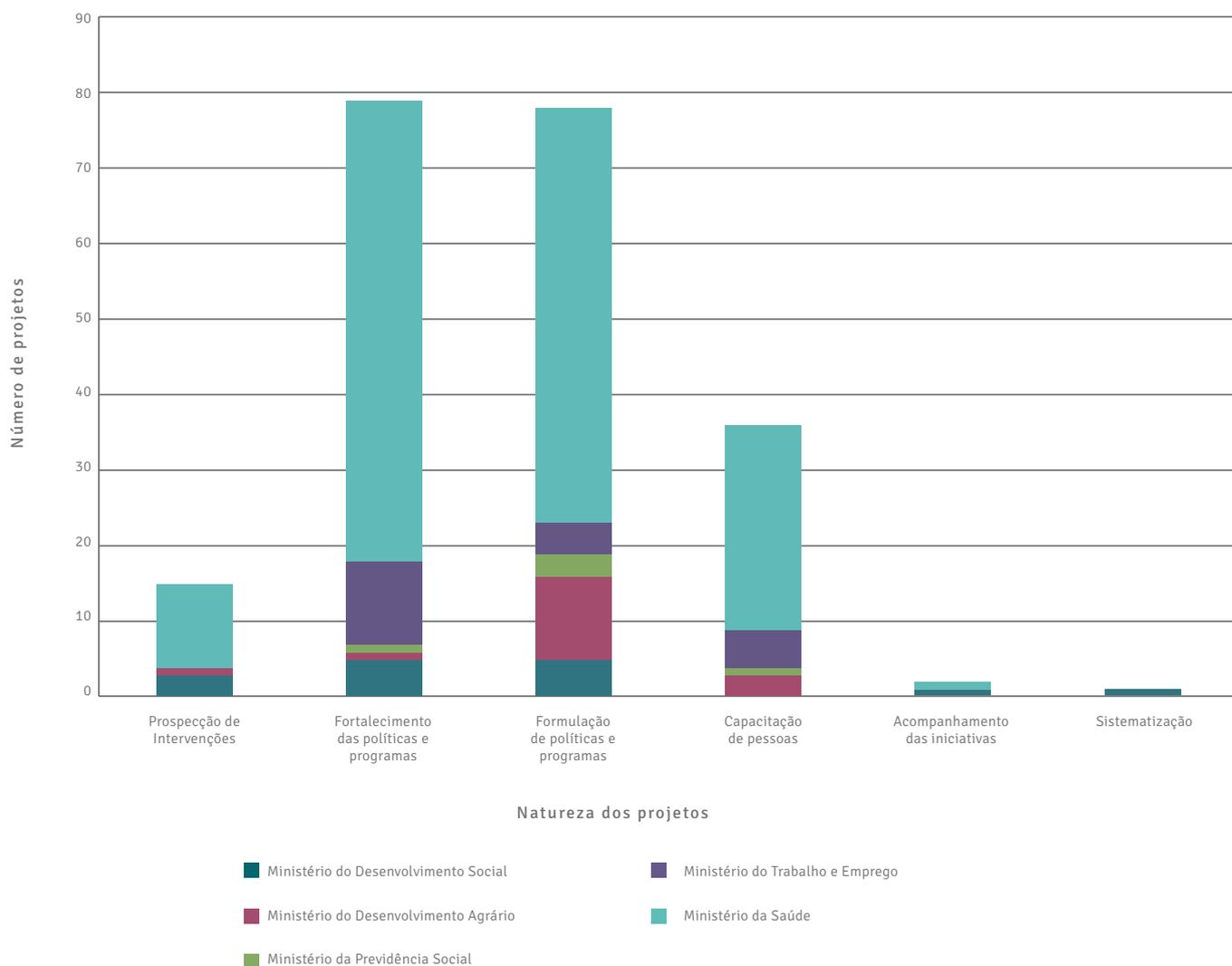
16 Instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda e deve ser obrigatoriamente utilizado na seleção de beneficiários de programas sociais do governo federal.

17 A classificação proposta neste estudo levou em consideração a finalidade/objetivo dos projetos, com o fim de melhor compreender as iniciativas existentes vis-à-vis à cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional (COBRADI).

A figura abaixo mostra a natureza das iniciativas de cooperação técnica Sul-Sul. Nota-se quão significativo são os projetos para apoiar os países parceiros do Brasil no fortalecimento de

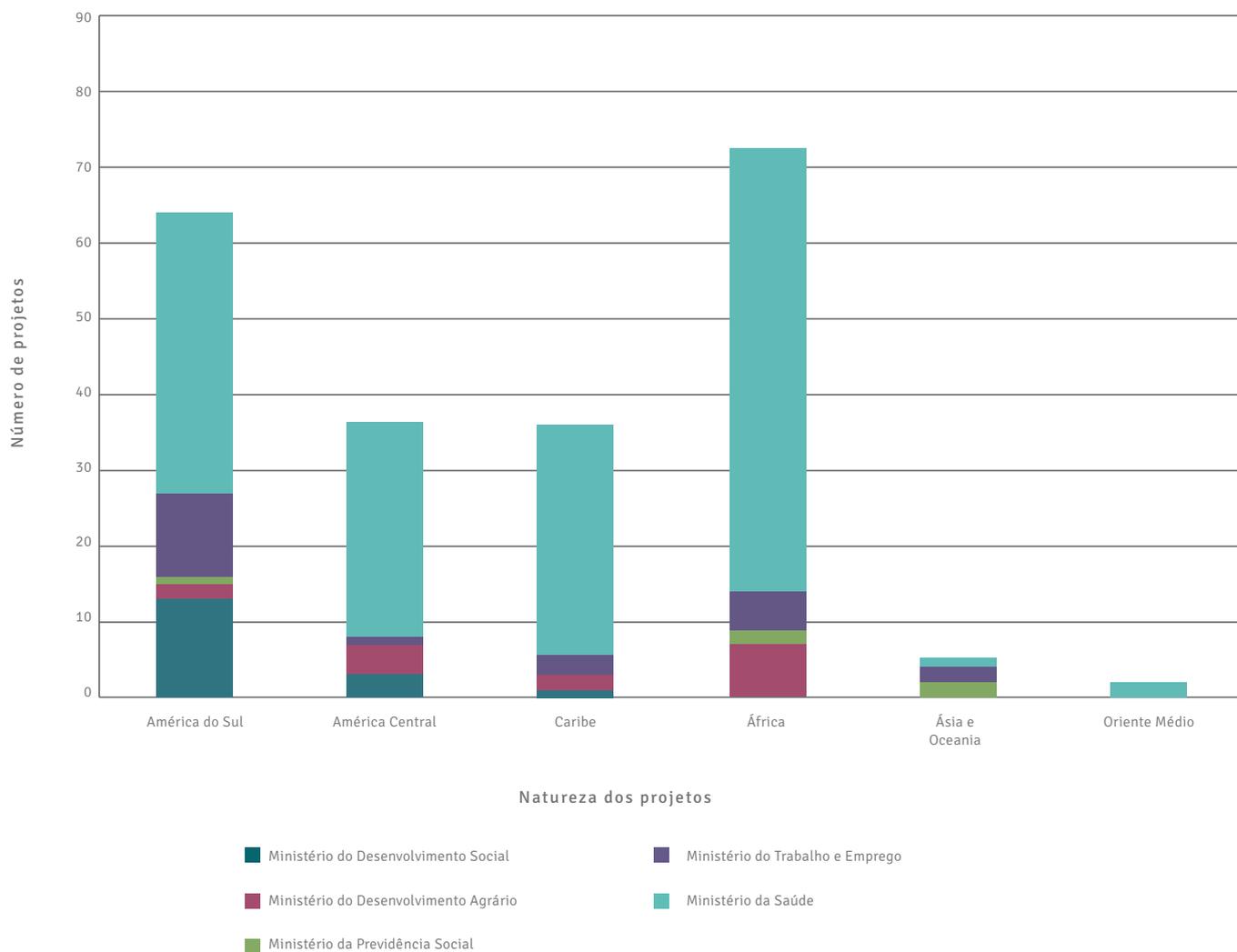
políticas existentes e na formulação de políticas/programas. Os projetos que possuem esse propósito estão presentes em todas as instituições analisadas.

Gráfico 1: Natureza das Iniciativas de Cooperação Sul-Sul, 2003 a 2014



Fonte: Elaborado para este estudo, com base nos dados do sítio da ABC

Gráfico 2: Iniciativas por instituições e região geográfica, 2003 a 2014



Fonte: Elaborado para este estudo, com base nos dados do sítio da ABC

Reconhece-se, contudo, a importância que assumem determinadas parcerias de cooperação que não chegam a se constituir como projetos ou atividades isoladas. A cooperação coordenada pela ABC é aquela projetada, mas não se pode ignorar que parcerias muito profícuas de cooperação Sul-Sul tem feito parte da agenda

de cooperação Sul-Sul das várias instituições do governo brasileiro. Isso é o que será evidenciado na seção abaixo que enfoca as iniciativas de cooperação Sul-Sul a partir do relato dos Ministérios aqui analisados.

A base de dados elaborada para este Informativo Setorial pode ser acessada em:
obs.org.br/Informativo_Setorial_1

Cooperação Sul-Sul em Proteção Social: Abordagens e Estratégias

O Informativo Setorial espera contribuir para uma maior compreensão do que caracteriza, de fato, a cooperação Sul-Sul brasileira. Há, entre os Ministérios entrevistados, uma diversidade e riqueza de atividades que estão sob o guarda-chuva “cooperação técnica”. Esta é orientada pelas demandas recebidas, assim como pelas parcerias que cada Ministério estabelece (veja figura

abaixo). No entanto, os Ministérios também descrevem como cooperação Sul-Sul uma ampla gama de iniciativas que vão além de relações bilaterais e de projetos específicos. Buscamos, a partir da descrição de cada Ministério, sistematizar algumas das estratégias e abordagens utilizadas.

Figura 3: Principais demandas e parceiros dos ministérios entrevistados

Ministério do Desenvolvimento Social

Principais demandas recebidas: programas de combate à fome e à pobreza; redução das assimetrias regionais; assistência, proteção e promoção social; mecanismos de identificação e cadastramento de famílias em situação de vulnerabilidade social; avaliação e monitoramento de políticas e programas sociais; consórcios públicos; transferência condicionada de renda e inclusão produtiva.

Principais parceiros internacionais: DFID, Banco Mundial, Programa Mundial de Alimentos e FAO

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Principais demandas recebidas: políticas de concessão de crédito, assistência técnica e extensão rural, seguro agrícola e compras públicas, desenvolvimento rural sustentável com foco na agricultura familiar.

Principais parceiros internacionais: FAO

Ministério da Previdência Social

Principais demandas recebidas: modernização dos sistemas de previdência social (com destaque para a Central 135, atendimento eletrônico, atendimento agendado nos postos do INSS), políticas de inclusão previdenciária notadamente os Microempreendedores Individuais e os trabalhadores rurais.

Principais parceiros internacionais: OIT, USAID

Ministério do Trabalho e Emprego

Principais demandas recebidas: relações de trabalho, erradicação do trabalho infantil, erradicação do trabalho forçado e o sistema público de emprego e trabalho decente.

Principais parceiros internacionais: OIT

Recepção de delegações estrangeiras

Todos os Ministérios entrevistados recebem frequentemente delegações de outros países do Sul Global para conhecer suas políticas e programas. As visitas ocorrem tanto no marco de um projeto de cooperação, de eventos e missões *ad hoc*, e geralmente atendem à solicitação dos países parceiros que manifestam oficialmente interesse em determinadas experiências das instituições brasileiras.

As visitas de delegações estrangeiras são montadas com base nas demandas, ou seja, geralmente com base na manifestação oficial de interesses feitas pela chancelaria. Característica da cooperação técnica brasileira, a recepção dessas delegações esbarra em um aspecto que tem vantagens e desvantagens: a inexistência de especialistas das diferentes temáticas dedicados exclusivamente à cooperação internacional. As agendas das visitas, definidas com base na disponibilidade das áreas técnicas, ao mesmo tempo que concorrem com as agendas internas, contam com especialistas com conhecimento e experiência prática nos distintos temas de interesse dos países. Ressalta-se que os Ministérios visitados mostram quadro muito reduzidos de profissionais para atender às temáticas internacionais, geralmente no bojo das Assessorias Internacionais.

Um marco dessa cooperação ocorreu em 2010, com o evento “Diálogo Brasil e África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural”. Nesta ocasião, mais de 45 países africanos e o Timor Leste estiveram presentes e foram lançados alguns projetos-pilotos provenientes do programa brasileiro

de Aquisição de Alimentos, no marco do PAA África conhecido como “Purchase from Africans for Africa”¹⁸. O PAA tem tido desdobramentos positivos nas agendas temáticas multilaterais como os grupos técnicos e reuniões especializadas no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) sobre temas como agricultura familiar, desenvolvimento rural e segurança alimentar e nutricional.

Destaque deve ser dado à iniciativa do MDS que, respondendo à crescente demanda de países, começou a organizar Seminários Internacionais de Políticas Sociais para o Desenvolvimento. Nessas ocasiões, várias delegações de países interessados na experiência do Brasil passam uma semana entre apresentações das políticas e experiências brasileiras, visitas de campo, apresentações das próprias experiências e encontros de definição de planos de ações com base no que foi visto e na realidade de cada país. Outros Ministérios, eventualmente, congregam demandas de distintos países, com o intuito de administrar a falta de agenda, mas não possuem uma sistematização de eventos conforme tem sido realizado pelo MDS.

O Centro de Excelência contra a Fome, nesse sentido, se destaca na recepção de delegações e organização de visitas junto às distintas instituições, com a garantia do devido acompanhamento e continuidade das ações. Criado a partir de uma parceria do Programa Mundial de Alimentos com o governo brasileiro, o Centro organiza missões e visita de estudos no tocante a programas de alimentação escolar e segurança nutricional.

Sistematização e disseminação conhecimento

A difusão da experiência e conhecimento através da participação em eventos, publicações e plataformas deve ser mencionada como estratégia importante. Muitas vezes estas atividades não só respondem ao interesse existente mas também geram novas demandas, já que compartilham as políticas e programas brasileiros com um público mais amplo.

Um exemplo interessante é a Plataforma “Mundo Sem Pobreza” lançada no início de 2014. Trata-se de uma iniciativa internacional de combate à pobreza que reúne o IPEA, o Centro Internacional de Políticas para Crescimento Inclusivo (IPC-IG, da sigla em

inglês), o MDS e o Banco Mundial. O objetivo é o intercâmbio de experiências dos países no tocante ao desenvolvimento social, à inclusão produtiva e à superação da pobreza entre os países por meio do portal eletrônico (www.wwp.org.br), de discussões teórico-conceituais e compartilhamento de experiências. A cooperação técnica é um dos 6 objetivos comuns que estão presentes no Memorando de Entendimento: “Facilitar o compartilhamento de conhecimentos e aprendizagem entre o Brasil e outros países, inclusive por meio de iniciativas internacionais de cooperação técnica”.

¹⁸ Informações sobre o Programa, os parceiros, alguns aprendizados, contatos e notícias podem ser encontradas no sítio oficial do programa, disponível em:

<http://paa-africa.org/pt/> Acesso em dezembro de 2014.

No âmbito do Mercosul, destaca-se o Instituto Social do Mercosul. O Instituto que tem se dedicado a vários estudos sobre a temática, notadamente o de alimentos tradicionais da região, atualmente coordenado pela Argentina, e o Sistema de Informação do Mercosul sobre Políticas e Indicadores Sociais, que se apresenta como um projeto que visa publicar as informações e programas sociais dos países membros. De acordo com o MDS, a elaboração conjunta

do marco conceitual “A dimensão social do Mercosul” e do Plano Estratégico de Ação Social norteiam as ações de cooperação entre os países do bloco. Além disso, no tocante às políticas sociais, há uma proposta de matriz conjunta de cooperação para facilitar a publicização de experiências dos países nas distintas áreas temáticas, em vias de desenvolvimento na União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

Promoção da participação social

Alguns dos projetos mencionados pelos entrevistados enfatizaram o objetivo de promover o diálogo com setores da sociedade civil ou fortalecer suas capacidades. Isso nos parece um aspecto essencial de ser entendido já que muitas das políticas e programas compartilhados pelos Ministérios via cooperação Sul-Sul tiveram a sociedade civil como ator fundamental na elaboração, implementação e avaliação das políticas e programas no Brasil.

Por exemplo, o MDA possui um projeto de cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) com vistas à fortalecer a capacidade de países e da sociedade civil para desenvolver políticas públicas participativas de apoio à agricultura familiar, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável. Os países beneficiários do projeto são: Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Bolívia, Peru, Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Costa Rica e República Dominicana.

O MPS promove cooperação com países de fronteira para redução da informalidade. Iniciativa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) trata-se da convergência de pessoas e instituições para dar respostas conjuntas ao grave problema da informalidade. Um dos projetos neste marco, denominado “Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social” teve um piloto focalizando os assalariados rurais na região de fronteira do Rio Grande do Sul. Esse projeto foi levado para a Cúpula Social do Mercosul e contou com a participação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e de sindicatos do Uruguai e Argentina para a elaboração de um Plano de Ação que deverá beneficiar os trabalhadores da região de fronteira.

Influenciando a agenda global

Durante as entrevistas ficou claro que, para muitos dos Ministérios aqui representados, uma parte substancial do seu envolvimento na cooperação se dá através das instituições multilaterais. Este engajamento tem, muitas vezes, o objetivo de influenciar a agenda global em relação a temas específicos que repercutem na relação do Brasil com outros países do Sul e, também, no sistema de cooperação para o desenvolvimento como um todo.

O Comitê Permanente de Assuntos Internacionais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF)¹⁹ evidencia o reconhecimento da necessidade de articulação das

agendas interna e externa. Desde 2011, o MDA conta com o Comitê para a inserção do tema da agricultura familiar nas negociações internacionais. Além de promover o diálogo do governo com os movimentos e organizações sociais, em que já se via a aliança com a CONTAG e a Via Campesina, determina-se que a agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável estejam conectados à política externa brasileira. Em 2014, o governo brasileiro lançava como prioridade a inclusão desse tema na pauta da FAO e colocava como metas para o Ministério: a estruturação de uma nova agenda na FAO, contendo o tema da agricultura familiar, a vinculação entre a agricultura familiar e a segurança alimentar e nutricional

¹⁹ A resolução n. 82 de maio de 2011 que cria o Comitê encontra-se disponível em:

http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Resolucao_82_-_Comite_de_Assuntos_Internacionais.pdf Acesso em dezembro de 2014.

e o acompanhamento da rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), para garantir que a pequena produção fosse competitiva.

O Ano de 2014 foi eleito com o Ano Internacional da Agricultura Familiar, com destaque para o papel do Brasil nessa campanha. Por exemplo, recentemente o Brasil apoiou com 150 mil dólares o Fundo Fiduciário Multilateral do Ano Internacional para a participação social no Diálogo Global sobre Políticas de Agricultura Familiar que aconteceu em outubro de 2014. Nessa ocasião, estiveram reunidos representantes do governo, da sociedade civil, do setor privado, da academia e de agências de desenvolvimento para subsidiar a elaboração do Plano de Ação da FAO para 2015.

Outros exemplos são o MPS e o MTE no âmbito da pauta de trabalho decente. Tendo em vista as demandas dos países parceiros registradas e os projetos desenvolvidos, o MPS firmou, em 2009, um projeto com a OIT intitulado “Promoção da Cooperação Sul-Sul na Área de Seguridade Social”. No marco da Agenda Hemisférica de Trabalho Decente, definida para o continente americano, associa-se o interesse em preparar o MPS para parcerias de cooperação a

temas prioritários como: a sistematização de informações sobre os grupos sociais vulneráveis, para fins de concepção de programas de seguridade social; a implantação de mecanismos de diálogo social, com o objetivo de ampliar a cobertura previdenciária; a elaboração de estudos prospectivos que habilitem os serviços públicos dos países beneficiários a assegurar a sustentabilidade dos programas públicos locais; a elaboração de programas de capacitação e de educação para difundir os valores e a importância da seguridade social (BRASIL-MPS, 2009)²⁰.

Adicionalmente, uma parceria do MTE com a OIT resultou na publicação “Cooperação Sul-Sul e Trabalho Decente: boas práticas”²¹ de 2013. Analisam-se as experiências e o impacto dessa cooperação em vários países do Sul global. Com isso, aparecem temas como os princípios e direitos fundamentais do trabalho, a criação de postos de trabalho e emprego, a proteção social (traduzida nos pisos de proteção social e transferência condicionada de renda) e o diálogo social com redes de universidade e institutos de formação profissional, cooperativas.

Cooperação estruturante

Diferentes instituições brasileiras que implementam cooperação Sul-Sul utilizam o conceito de projetos, ou cooperação, estruturante. Apesar de não compartilharem a mesma definição, estes são balizados por objetivos comuns: fortalecer as capacidades e instituições locais para que tenham maior autonomia no desenvolvimento do seu país. Os projetos buscam causar impactos estruturais e tem uma perspectiva de médio-longo prazo (FARANI, s/d)²². Na maioria dos casos, estes projetos implicam o estabelecimento ou fortalecimento de instituições governamentais, universidades e agências de pesquisa – ou capacidades/cadeias produtivas que aumentem a autonomia do país parceiro.

A abordagem busca também facilitar a mobilização de instituições brasileiras para a implementação de diferentes componentes do projeto/programa e criar espaço para mobilização de parcerias

triangulares (ABREU, 2013)²³. A importância do diálogo entre atores e protagonismo do governo parceiro são outros aspectos ressaltados. Este protagonismo é possível devido ao interesse e envolvimento, desde o momento de concepção e negociação do projeto, de quadros de mais alto escalão do governo.

O MS avança nesse sentido. As reflexões sobre a cooperação estruturante em saúde explica a preferência que tem sido dada à construção de capacidades dos governos dos países. Isso ocorre mediante dois pilares que estabelecem o caráter técnico da cooperação: o investimento em recursos humanos e o desenvolvimento organizacional e institucional, a favor das iniciativas e políticas de saúde pública (ALMEIDA et. al, 2010)²⁴. Esse é o caso do projeto para a implantação de uma fábrica de medicamentos antirretrovirais, utilizados no tratamento do HIV/Aids, em Moçambique. Esse projeto está sendo executado

20 Atuação Governamental e Políticas Internacionais em Previdência Social. MPS, Série Estudos, vol. 32, ed. 1. Disponível em:

http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/3_100202-164639-597.pdf Acesso em dezembro de 2014.

21 A publicação pode ser encontrada em http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---exrel/documents/publication/wcms_222163.pdf Acesso em novembro de 2014.

22 Farani, M. (s/d). Brasil-Haiti Programa de Cooperação Sul-Sul: Definição e Implementação de Projetos Estruturantes para o Fortalecimento Institucional Haitiano.

23 Abreu, F. (2013). A evolução da Cooperação Técnica Internacional no Brasil. Mural Internacional, V. 4, N. 2, Julho-Dezembro 2013.

24 Almeida, C.; Campos, R. P. de; Buss, P.; Ferreira, J. R.; Fonseca, L. E. (2010). A concepção brasileira de “cooperação Sul-Sul estruturante em saúde”.

RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.25-35.

pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e suscitou, inclusive, a criação de um escritório da instituição na África, sediado em Maputo, para acompanhar essa e outras ações da Fundação no continente africano.

Fortalecendo Sistemas

Alguns dos projetos buscam, em parcerias com instituições governamentais dos países parceiros, e atuando conjuntamente com redes nacionais e regionais, apoiar os esforços de estruturação e fortalecimento de sistemas de proteção social, ou partes deste.

No caso da saúde, a cooperação com Haiti, resultado de uma cooperação triangular com Cuba, prevê a reestruturação do sistema de saúde daquele país após o terremoto em 2010. A cooperação do Brasil e de Cuba em benefício do Haiti enfoca temas como a imunização, a vigilância epidemiológica, a comunicação em saúde, a assistência, a saúde mental, a formação de recursos humanos e a reabilitação. O Comitê Gestor Tripartite, constituído em março de 2010 por meio de um Memorando de Entendimento, tem o intuito de “conjugação esforços das três partes para viabilizar a assinatura de projetos específicos para a realização de atividades de recuperação de infraestrutura e capacitação de profissionais de saúde que fortaleçam o sistema público de saúde do Haiti. As responsabilidades são divididas entre os três países.”²⁵

Além disso, durante o período de 2009 e 2013, as reuniões no âmbito do Grupo Temático de Cooperação Internacional em Saúde²⁶ foram importantes para coordenar as várias áreas do Ministério da Saúde envolvidos com a cooperação e as organizações internacionais e agências de desenvolvimento parcerias. Isso resultou em parcerias triangulares importantes. Esse é o caso do projeto PROFORSA com Angola e a Agência para Cooperação Internacional do Japão (JICA) que prevê a construção de centros de saúde modelo em Luanda e a capacitação de profissionais de saúde dos níveis primário e terciário; e o projeto com Moçambique e a USAID para fortalecimento da resposta à epidemia do HIV/Aids (OPAS-OMS, 2010)²⁷.

O MPS também tem projetos relevantes neste sentido. A este Ministério coube a estruturação do sistema previdenciário do

Timor Leste, no contexto de reconstrução deste país. Outro projeto assinado em 2010 com Moçambique está desenvolvendo um sistema informacional para o país modernizar e descentralizar o sistema de previdência social, por meio da expansão da cobertura a várias regiões do país. Nesse projeto, a execução está sendo realizada pela Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social (DATAPREV), que desenvolveu um software específico para o país conforme realidade do país; e pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) que conduz treinamentos para os técnicos do órgão moçambicano homólogo introduzir e utilizar o novo sistema.

Contribuindo para a elaboração de políticas

Outros projetos tem como objetivo apoiar os países parceiros a desenvolverem política públicas inspiradas por políticas brasileiras.

O projeto “Apoio às estratégias nacionais e sub-regionais de Segurança Alimentar e Nutricional e Redução da Pobreza” abrange 13 países da América Latina e Caribe e é custeado com recursos do MDS e operacionalizado pela FAO. Esse projeto atende a demandas variadas conforme a realidade de cada país. A parceria visa desenvolver agendas ligadas à temática da segurança alimentar entre distintos atores políticos e sociais, governo e sociedade civil com o fim de institucionalizar políticas multisetoriais, por meio do fortalecimento de estratégias nacionais e subregionais. Os países beneficiários são: Bolívia, Peru, Paraguai, Equador, Colômbia, Nicarágua, Honduras, El Salvador, Guatemala, além da UNASUL, Comunidade do Caribe (CARICOM) e Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).

O MPS tem dois projetos com objetivos semelhantes. No Cabo Verde, busca-se capacitar os membros do Instituto Nacional de Previdência Social em políticas de investimento para elaboração de uma política pública. No Paraguai, um projeto que começou em 2011 e finalizou em 2013, teve o intuito de apoiar o governo a criar políticas de formalização de trabalhadores e inclusão deles no sistema da previdência social.

25 Instituído pela portaria MS n. 2356 de 17/10/2010. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt2356_17_08_2010.html Acesso em novembro de 2014.

26 Relatório de Gestão 2009 da Assessoria de Assuntos Internacionais de Saúde. Brasília, 2010. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_gestao_2009_assessoria_assuntos.pdf Acesso em novembro de 2014.

27 Informações adicionais estão disponíveis no sítio eletrônico do Comitê Gestor em <http://www.cooptripartite.icict.fiocruz.br/pt-br> Acesso em novembro de 2014.

Compartilhando Programas

Alguns programas brasileiros alcançaram reconhecimento internacional e, como consequência, são objetos de projetos que buscam replicá-los, adaptando-os à realidade do país parceiro. O Bolsa Família, o Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa Mais Alimento e programa de Merendas Escolares são alguns exemplos.

O Programa Brasil-África de Cooperação em Proteção Social foi o primeiro projeto de cooperação Sul-Sul do MDS, iniciado em 2006 em parceria com o DFID. O programa possuía quatro eixos principais de ação, dentre os quais estava a cooperação técnica. Nessa, os países africanos receberiam assistência técnica para desenvolver seus próprios programas de proteção social ou aprimorar as iniciativas já existentes.

Hoje em dia o MDS está implementando o Programa de Aquisição de Alimentos na África (PAA África), em parceria com FAO, Programa Mundial de Alimentos e DFID. O Programa está sendo executado em cinco países: Malauí, Senegal, Moçambique, Níger e Etiópia. Ele compreende dois eixos de atuação: aquisição de alimentos da agricultura familiar por parte do governo (garantia da demanda) e distribuição desses alimentos para reservas de alimentos, alimentação escolar, dentre outros. Trata-se de uma política para combater à insegurança alimentar e nutricional com a de envolver os pequenos agricultores na produção e comercialização de alimentos, complementação e diversificação das refeições,

valorizando a agricultura tradicional, como estratégia de transição de longo prazo com vistas às compras locais para assistência alimentar de forma participativa.

O Programa Mais Alimentos África também se constituiu a partir de uma política brasileira que o MDA avalia como positiva. O Programa tem o objetivo de apoiar estratégias de mecanização da agricultura familiar nos países africanos por meio de uma linha de crédito para aquisição de máquinas e equipamentos, produzidos por empresas brasileiras (cooperação comercial) e de treinamento quanto à utilização dos equipamentos, o que é feito pelas empresas fabricantes participantes do Programa. O Programa está em linha com o Programa Abrangente para o Desenvolvimento Agrícola Africano (CAADP) de 2003, terceiro pilar da Nova Parceria Econômica para o Desenvolvimento Africano (NEPAD) que enfatiza a necessidade de aumento dos níveis de produtividade agrícola dos países africanos, de modo a assegurar o suprimento interno de alimentos.

O Centro de Excelência contra a Fome, mencionado acima, compartilha iniciativas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Bolsa Família, e o PAA para serem adaptados a outros contextos. O centro apoia os países parceiros a elaborarem planos de ação, promoverem diálogo com atores relevantes no seu próprio país e implementarem ações necessárias para que os países parceiros aproveem seus próprios marcos legais (ONU-PMA, 2013)²⁸.

Fortalecimento de redes, integração regional e alianças políticas

A relação entre cooperação, integração regional e outras alianças nos parece ser algo característico da cooperação dos Ministérios entrevistados. Todos mencionaram seu envolvimento em vários destes espaços, trabalhando para a consolidação de determinados temas e parcerias estratégicas. Isso aumenta a influência do país e reúne apoio para definir e influenciar a agenda global. Outro aspecto, se refere ao fortalecimento de redes. Trata-se de uma estratégia com vistas a trocar experiências, harmonizar práticas dos distintos países que compõem um bloco regional e pautar as agendas nacionais dos países em benefício de suas populações e as agendas internacionais sobre a importância de determinados temas.

O MDA, por exemplo, destacou a importância da Reunião Especializada de Agricultura Familiar (REAF). Trata-se da cooperação mais articulada e avançada do Ministério. Desde 2004, a REAF serve de fórum para a articulação e convergência das políticas públicas dos Estados do Mercosul. Teve como conquista o reconhecimento da agricultura familiar como setor estratégico para o desenvolvimento nacional dos países, consolidou uma identidade comum nos países da região por meio de critérios mínimos de identificação do que se entende por agricultura familiar, permitindo atuação de maior envergadura em rede desde 2007.

²⁸ Os relatórios anuais 2012 e 2013 do Centro de Excelência contra a Fome estão disponíveis em: http://home.wfp.org/stellent/groups/public/documents/special_initiatives/wfp253795-2.pdf e http://www.wfp.org/sites/default/files/WFP_CENTRE_REPORT2013_PORTUGUES.pdf Acesso em novembro de 2014.

A agenda do MDA também centra-se na agricultura familiar na CELAC. Por ocasião da I Cúpula da CELAC, em 2013 no Chile, e da II Cúpula, em 2014 em Cuba, o tema de segurança alimentar e da agricultura familiar são identificados como prioridade na agenda dos países. Com a instituição do grupo de trabalho sobre a agricultura familiar, o Brasil sediou a I Conferência sobre Mulheres Rurais da América Latina e Caribe em novembro de 2014.

O envolvimento do MDS no lançamento do marco conceitual do Mercosul intitulado “A dimensão social do Mercosul”. Lançado em dezembro de 2013, esse Marco Conceitual se caracteriza por realizar uma discussão sobre a integração regional e tratar das políticas públicas e de desenvolvimento social, da agenda social e seus desafios nos países. Além do Mercosul, o MDS também participa de comissões para o tema social da UNASUL e da CELAC.

O MPS participa da Comissão Sócio Laboral do Mercosul e o Subgrupo de Trabalho SGT 10. A Comissão tem o objetivo de fomentar e acompanhar a aplicação da Declaração Sócio Laboral do Mercosul, enquanto que o SGT-10 acompanha as políticas de emprego, legislações trabalhistas e aplicação das convenções da OIT no Mercosul, além de fazer levantamentos sobre a evolução do Mercado de Trabalho no Mercosul.

A atuação em rede do MPS também se mostrou relevante no âmbito do Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercosul de 2005 e do Acordo Multilateral Ibero-americano em Seguridade Social de 2008. Ambos garantem a populações migrantes, permitindo a totalização de períodos contributivos nos países acordantes e usufruto dos direitos previdenciários (aposentadoria por idade, por invalidez, auxílio-doença e pensão por morte).

O Brasil também participa das reuniões de ministros do trabalho e assuntos sociais da CPLP, que desde 2006 adotou como eixos prioritários para a cooperação intra-bloco: informação, troca de experiência e trabalho em rede, realização de campanhas

conjuntas de sensibilização, de harmonização de metodologias e da cooperação técnica e formação. Essa agenda tem sido muito balizada pelas convenções da OIT, em especial a erradicação do trabalho infantil. Há, inclusive, a previsão de um Acordo de Previdência Social. Sabe-se que o acordo negociado e elaborado encontra-se em estágio de aprovação e ratificação nos países.

O campo da saúde na CPLP tem sido exemplo para outros fóruns temáticos, conforme assinalado pela Reunião dos Pontos Focais de Cooperação da Comunidade. Durante a II Reunião Ordinária dos Ministros da Saúde, realizada em 2009, os países-membro aprovaram o Plano Estratégico de Cooperação em Saúde. O Plano tem como principal finalidade contribuir para o reforço dos sistemas de saúde dos Estados-membro da CPLP, de forma a garantir o acesso universal a cuidados de saúde de qualidade.

Na UNASUL, o MS esteve envolvido com a criação da Rede Sul-Americana de Assessorias Internacionais e de Cooperação Internacional em Saúde, reconhecida pelo Conselho Sul-Americano de Saúde da UNASUL em novembro de 2009.

No fórum dos BRICS, a saúde também tem sido um tema de discussão e aproximação do Brasil com Rússia, Índia, China e África do Sul. Na I Reunião dos Ministros da Saúde, concretizada na Declaração de Pequim de 2011, os países tiveram como objetivo identificar oportunidades para os países BRICS promoverem um maior acesso a medicamentos. Isso faria parte da proposta do bloco de cooperar para a transferência de tecnologia para aumentar a capacidade da produção de medicamentos a preços acessíveis que se dá pela expansão do acesso aos países do Sul global a medicamentos genéricos.

Por último, o MPS liderou o diálogo do Fórum IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) com a OIT para a promoção do trabalho decente. Em 2010, foi assinada o Protocolo de Intenções que deveria balizar a partir de então a agenda de trabalho dos três países nesse setor.

Coordenação



<http://www.articulacaosul.org>

Apoio

